

**PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA**  
**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01.2025 – EDUCAÇÃO**

**RESPOSTAS ESPERADAS**

**PROVAS DISSERTATIVAS**

**CARGO: 301 – PROFESSOR ADJUNTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Esperava-se que o candidato, mesmo que resumidamente, elaborasse um texto fundamentando que a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, visa ao desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. O RCNEI e as DCNEI afirmam que cuidar e educar são ações indissociáveis e fundamentais para garantir experiências significativas que respeitem a individualidade infantil.

Deveria expor que, cuidar vai além das necessidades básicas — é proporcionar um ambiente seguro, acolhedor e estimulante, onde a criança possa explorar, interagir e construir conhecimentos. Segundo o RCNEI, cuidar e educar devem caminhar juntos, pois a afetividade e a segurança emocional são essenciais à aprendizagem.

Deveria expor que, educar, por sua vez, envolve criar situações de interação e descoberta que favoreçam a construção do conhecimento. As DCNEI destacam a importância do brincar, da escuta sensível e da participação ativa da criança no cotidiano, respeitando seus interesses e necessidades.

A prática pedagógica deve considerar as especificidades de cada faixa etária, promovendo a autonomia, a criatividade e o pensamento crítico. Para isso, é necessário um planejamento que valorize o tempo da infância e permita vivências significativas.

Portanto, cuidar e educar são ações interdependentes que orientam a prática pedagógica na Educação Infantil, assegurando que as crianças tenham um desenvolvimento pleno em um ambiente que respeita suas singularidades e promove sua formação integral. Cabe aos educadores e às instituições de ensino consolidar essa abordagem, garantindo que a infância seja vivida com dignidade, aprendizado e afeto.

**CARGO: 303 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS II**

Esperava-se que o candidato, mesmo que resumidamente, elaborasse um texto fundamentando que a premissa “pensar certo é fazer certo”, apresentada na obra “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa”, no âmbito do ensino, diz respeito à importância da coerência entre discurso e prática no processo educativo. Na sala de aula, a educação não pode ser apenas teórica ou verbal; ela deve ser vivenciada e exemplificada pelo educador.

Ressaltar que o educador precisa que suas palavras se tornem ações, atitudes e comportamentos visíveis. Ensinar não é apenas transmitir conhecimento, mas viver e demonstrar na prática os valores e princípios que se pretende ensinar.

Evidenciar que ensinar pelo exemplo significa comprometer-se com a transformação social, mostrando, na prática, que o conhecimento deve ser aplicado para mudar a realidade e combater injustiças. O professor pode se valer de uma proposta pedagógica que se fundamenta na necessidade de coerência entre o discurso e a prática do educador, reconhecendo que, no processo educativo, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), ensinar não se resume à transmissão verbal de conteúdos, mas exige o compromisso ético de viver e exemplificar os valores que se pretende ensinar. Ao abordar temas como justiça, ética e respeito, é essencial que o educador os incorpore em suas atitudes e relações cotidianas com os alunos, tornando-se referência concreta desses princípios. Essa coerência fortalece a credibilidade do ensino, favorece a aprendizagem significativa e inspira os educandos a se tornarem sujeitos críticos e transformadores de sua realidade social.

Concluir que o cuidado do educador ao planejar a sua prática educativa deve exigir mais do que falar: exige viver aquilo que se ensina, tornando-se um modelo de sua própria pedagogia e propagando suas palavras concretas por meio de suas ações. Essas ações reforçam a aprendizagem e inspiram os alunos a se tornarem agentes críticos e transformadores da sociedade.

**CARGOS: 302 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL I, 304 – PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II – ARTES E 305 – PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II – EDUCAÇÃO FÍSICA**

Esperava-se que o candidato, mesmo que resumidamente, elaborasse um texto fundamentando que a docência é uma profissão atravessada por desafios éticos e sociais. O professor não apenas ensina conteúdos, mas contribui para a formação cidadã dos alunos, promovendo valores como justiça, solidariedade e respeito à diversidade. No entanto, essa missão se confronta com contradições da sociedade e do sistema educacional.

Philippe Perrenoud afirma que a formação para a cidadania não pode ser restrita a um conteúdo, mas deve estar no centro das práticas pedagógicas. Ele propõe cinco competências fundamentais ao professor: prevenir a violência, combater preconceitos, construir regras de convivência, refletir sobre a autoridade em sala e cultivar responsabilidade e justiça. No entanto, ele enfrenta um dilema ético fundamental: como educar para valores democráticos em um contexto marcado por desigualdades e contradições sociais?

Terezinha Azerêdo Rios defende que a ética do professor está na reflexão crítica sobre sua prática. Ser ético, para ela, é agir com responsabilidade, coerência e consciência social. O dilema ético surge quando ele se depara com situações em que seus princípios colidem com as exigências institucionais ou com os valores da comunidade escolar.

Já Júlio Groppa Aquino alerta que o professor não pode ignorar as desigualdades que afetam seus alunos. Ele questiona como exigir desempenho em contextos de exclusão e defende que a docência precisa considerar as condições reais de aprendizagem. O

dilema ético, nesse caso, está em como equilibrar a exigência pedagógica com a compreensão das limitações individuais e coletivas dos estudantes.

Diante desses desafios, é imprescindível que os professores assumam seu papel como agentes de transformação social, mas sem a ilusão de que a educação, sozinha, possa resolver os problemas estruturais da sociedade. A ética docente se traduz na busca por um ensino significativo, crítico e inclusivo, que reconheça os limites impostos pelo contexto, mas que não renuncie ao compromisso com a formação humana.

### **CARGO: 306 – PSICOPEDAGOGO**

Esperava-se que o candidato, mesmo que resumidamente, fizesse referência, direta ou indireta, aos artigos da LDBEN e/ou do ECA, como:

- garantia do padrão de qualidade (LDBEN, artigo 3º, inciso IX);
- do acesso e da permanência (LDBEN, artigo 14, inciso II, ou ECA, artigo 53, inciso I);
- relativos à incumbência docente, principalmente, em relação à recuperação continuada, ao zelo pela aprendizagem dos alunos e à interação com a família (LDBEN, artigo 13, incisos III, IV e VI);
- obrigação do Estado em oferecer recuperação paralela (LDBEN, artigo 12, inciso V e artigo 24, inciso V, alínea “e”);
- e aos princípios da formação básica (LDBEN, artigo 32):

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Em relação ao Plano Clínico de atendimento, esperava-se que o candidato mencionasse o “modus operandi” do processo de análise para a produção de relatório, embasado na descrição do aluno.

1. Indicasse a sequência do processo de anamnese: paciente, família/meio social e escola;

2. Indicasse os métodos utilizados na entrevista com o aluno; no caso, como poderia haver evidência de sintoma gerado pelo processo educacional, a utilização da técnica projetiva de Jorge Visca; o uso da Caixa de Areia, ou ainda, do EOCA;

3. Indicasse métodos de avaliação da linguagem e possível dislexia, como: teste de consciência fonológica; uso de jogos de alfabetização (para estabelecer aproximação afetiva); teste de leitura; etc.;

4. Testes para entender o nível de desenvolvimento cognitivo, como os testes de Piaget;

5. Entrevista com os profissionais da escola para entender:

- Como são as relações com os colegas e como se dão as interações e em que situações ocorre a indisciplina;
- Quais professores são mais próximos;
- Se são realizadas atividades diferenciadas para o aluno e como o currículo é adaptado para as crianças com dificuldade de aprendizado;
- Se participa de recuperação paralela;
- Se o aluno faz algum tipo de atividade;
- Se houve uma sondagem e/ou avaliação diagnóstica;
- Quais as orientações pedagógicas dadas pela coordenação aos docentes;

No que concerne ao Plano Institucional, após emitido o laudo, que houvesse a proposição de uma conversa com os profissionais da escola para ajudá-los a pensar em uma reordenação de algum ponto em que a escola está deixando de atuar.

Por fim, que fizesse indicações de encaminhamentos para outros profissionais, como:

1. Fonoaudiólogo, por conta da troca das letras e para averiguação de TPAC;
2. Neuropediatra, caso se averiguasse que o problema pudesse ser de ordem médica, devido a questões das funções executivas;
3. Neuropsicólogo ou neuropediatra por conta de TDAH, devido à possível hiperatividade;
4. Psicólogo, devido a questões relativas à saúde emocional.

Com base nessas premissas, foram aplicados os critérios de avaliação previstos no Edital.

